---N.º 5/2022 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TREZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.----------

---Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: ----------

---------- **ORDEM DE TRABALHOS** ----------

---**PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS; ----------

---**1.1** - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;----------

---**1.2** - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS, DO PAGAMENTO DE 20€/ALUNO/ANUAIS COM BASE NA REDE ESCOLAR COM A DATA DE REFERÊNCIA DE OUTUBRO DO ANO ANTERIOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;------

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----------

---**SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE

OLIVEIRA DE S. MATEUS E NA FREGUESIA DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO MONTANTE DE 5.200,00 EUROS, CONFORME ANEXO DAS MINUTAS DOS RELATIVOS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E AUTO DE TRANSFERÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL (ANOS LETIVOS 2022-2023 E 2023-2024) PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE REFEIÇÕES EM CANTINAS E REFEITÓRIOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E)----------

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FAUP) E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 55.500,00€ (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS EUROS), AO QUAL ACRESCE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SELOS FAMALICÃO VISÃO'25, CUJA PROPOSTA FOI APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016, E POR ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A 29 DE ABRIL DE 2016, PUBLICADO NO AVISO Nº 6217/2016, DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 95, DE 17 DE MAIO DE 2016, TAL COM O PREVISTO NO ARTIGO 146.º DO CPA. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E)----------

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 33/1999, SITA NA RUA FRANCISCO TROVISQUEIRA, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 9, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2470, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 133,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 39/1994, SITA NO LUGAR DO MONTE, RUA DO MONTE, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE 15 E INSCRITA PROVISORIAMENTE NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1461, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO AFETAS AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, AS PARCELAS DE TERRENO, AMBAS COM AS ÁREAS DE 321,00 METROS QUADRADOS, CEDIDAS AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 50/1996, SITAS NO LOTEAMENTO DA CARVALHOSA, RUA DA LEICA, DA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADAS COMO LOTES NºS 35 E 36, INSCRITAS NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB OS ARTIGOS P2590 E P2591, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE LOUSADO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---**DÉCIMO PONTO** - DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DA AUDITORIA DA IGF SOBRE O “CONTROLO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS

EFETUADAS PARA AS FREGUESIAS". TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. (GRELHA E) ----------

---A Mesa presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia da Silva Ferreira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: ----------

---ADELINO SILVA COSTA ----------

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES----------

---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO ----------

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO ----------

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES ----------

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA----------

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL ----------

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA ----------

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA ----------

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES ----------

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO ----------

---ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES SILVA----------

---AVELINO FREITAS SILVA----------

---BERNARDINO GOMES MARTINS ----------

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA ----------

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES ----------

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES ----------

---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE ----------

---CARMEM RODRIGUES ARAÚJO----------

---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS ----------

---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO----------

---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES ----------

---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA----------

---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA ----------

---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES----------

---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO----------

---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA ----------

---FIRMINO VILA VERDE COSTA----------

---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES----------

---FRANCISCO RODRIGUES SÁ ----------

---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO----------

---JOANA GOMES FERNANDES ----------

---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO----------

---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO ----------

---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA----------

---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA ----------

---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA---------- **FALTA JUSTIFICADA** ----------

---JOSÉ EDUARDO FERREIRA RIBEIRO ----------

---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO ----------

---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA----------

---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES----------

---JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA----------

---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS----------

---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA----------

---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA---------**FALTA JUSTIFICADA** ------

---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO----------

---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA ----------

---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA ----------

---LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO ----------

---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA ----------

---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO ----------

---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA ----------

---MANUEL LIMA SOARES ----------

---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA----------

---MANUEL SILVA ALVES----------

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA----------

---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA ----------

---MÁRIO AUGUSTO S. MONTEIRO SILVA ----------

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA ----------

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS ----------

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA ----------

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA ----------

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO ----------

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS ----------

---RUI PEDRO PACHECO ALVES----------

---SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO----------

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA ----------

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA ----------

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA----------

---Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:----------

----------**ORDEM DO DIA** ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Deu início aos trabalhos. Informou os Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta que a autarquia ou o Senhor Presidente de Câmara pediu que fosse retirado o ponto quatro da ordem de trabalhos, não sendo discutido, portanto, esse mesmo ponto. ----------

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DOS

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS;----------

---1.1 - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; ----------

---1.2 - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS, DO PAGAMENTO DE 20€/ALUNO/ANUAIS COM BASE NA REDE ESCOLAR COM A DATA DE REFERÊNCIA DE OUTUBRO DO ANO ANTERIOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. ----------

---LUÍS MIRANDA (PS) - O ponto que aqui discutimos prende-se com a discussão e votação da proposta da Câmara Municipal com o objetivo, por um lado, de ser autorizada para realizar a denúncia de determinados contratos celebrados com as freguesias, sendo eles Interadministrativos de Delegação de Competências Gerais, Interadministrativos de Delegação de Competências de Serviço de Cópias. E, por outro lado, celebrar novos contratos deste âmbito com as respetivas transferências de verbas para as freguesias. ----

---Relativamente à Delegação de Competências nas Freguesias, e consequente transferência de verbas, a proposta é clara, aparentemente fundamentada e contaria naturalmente com a anuência do Partido Socialista. ----------

---Agora, a questão que se coloca é por que razão se celebram novos contratos interadministrativos e se denunciam os mesmos contratos anteriormente celebrados nessas matérias? Por que razão a proposta, aqui em discussão, em nada se refere quanto à motivação destas supostas denúncias?----------

---De facto, perante este cenário, algo de errado não está certo. E o Grupo Municipal do Partido Socialista, no exercício das suas funções políticas nesta Assembleia, percebeu o motivo concreto desta obscura realidade que a Câmara tenta a todo o custo ludibriar, esconder deste órgão e dos famalicenses. ----------

---O motivo, meus senhores e minhas senhoras, prende-se com uma auditoria realizada ao município de Vila Nova de Famalicão, por parte da IGF, em julho de 2020, quanto ao controlo das transferências municipais efetuadas para as freguesias. ----------

---Esta auditoria realizada por uma entidade isenta, idónea e desamarrada das mordaças do propagandismo e do *marketing* da velha maioria direita famalicense, imputa ao nosso município, entre outras coisas, quanto à celebração de contratos interadministrativos com as freguesias o seguinte: uma violação do regime legal aplicável à celebração destes contratos; o município não fundamenta de forma adequada a opção de delegação de competências, nem os montantes contratualizados; o município não elabora os estudos legalmente exigíveis, nem criou qualquer equipa técnica multidisciplinar dedicada ao efeito; os procedimentos de monitorização previstos nestes contratos interadministrativos e noutros acordos de execução são frágeis e insuficientes. ----------

---Em regra geral, não foram cumpridos pelas freguesias como pelo município, visto não foram realizados relatórios de execução destes contratos; não se verificou se as freguesias cumpriram o quadro legal em matéria de assunção e realização de despesa, nem se apurou se as verbas transferidas foram aplicadas nos fins a que se destinavam; o município não tem solicitado a devolução das verbas transferidas e não aplicadas; a Câmara Municipal, e isto também é indicado, não tem trazido a esta Assembleia a informação necessária para que os Deputados apreciem a correta execução destes contratos, arrogando-se de um

apoio de uma maioria deste órgão deliberativo que se tem vindo a demonstrar desmazelada, demitida e distante daquilo que é a sua verdadeira função de fiscalização do município. ----------

---A política, senhoras e meus senhores, faz-se com verdade, transparência e cumprimento da lei. ----------

---Estes são os verdadeiros motivos que levam a Câmara Municipal a denunciar estes contratos interadministrativos. Os famalicenses merecem um certo grau mínimo de transparência por parte deste executivo, assim como merecem saber o resultado desta auditoria e as implicações que dela decorrem. ----------

---Perante toda a factualidade imputada pela IGF, é por demais evidente que a Câmara Municipal não cumpre a lei na sua atuação e não faz uma gestão correta e criteriosa da despesa pública. E, desta vez, meus senhores, a culpa não é do Governo Central, nem dos municípios limítrofes são motivo de comparação para justificar os erros ora imputados. Não obstante a proposta que estamos a deliberar, e perante todas estas circunstâncias aqui traduzidas, torna-se imperioso questionar o senhor Presidente de Câmara do seguinte: esta Assembleia pode discutir e deliberar sobre estas matérias tendo a garantia de que o seu executivo irá cumprir a lei que não tem cumprido e que ao arrepio do que tem feito fará uma correta aplicação do dinheiro dos famalicenses? Ou voltaremos todos a ser surpreendidos no futuro com uma nova auditoria da tutela? Sendo o resultado desta auditoria já do conhecimento de Vs. Exas., quais as irregularidades ou insuficiências que já se encontram supridas e as que já se encontraram ainda por suprir? Lamentamos profundamente que o Senhor Presidente de Câmara tenha responsabilidade de dar o exemplo como arauto local do exímio exemplar do cumprimento da lei, desvalorize como fez aquilo que sabe serem as muitas ilegalidades aqui apontadas. ----------

---A responsabilidade, uma vez mais, não pode morrer solteira. ----------

---**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Uma nota breve relativamente ao que aqui foi dito. ----------

---O relatório, como é sabido, não descreve, não incorpora nenhuma ilegalidade. Não sei se é jurista se não é jurista, mas desconformidade é diferente de ilegalidade, por um lado, e, por outro lado, o que aqui disse foi um atestado menos abonatório para com as senhoras e senhores Presidentes de Junta. Queria deixar aqui notado! ----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DE DENÚNCIA DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS ANTERIORMENTE CELEBRADOS NESTAS MATÉRIAS; ----------

UM PONTO UM - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;----------

UM PONTO DOIS - PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS, DO PAGAMENTO DE 20€/ALUNO/ANUAIS COM BASE NA REDE ESCOLAR COM A DATA DE REFERÊNCIA DE OUTUBRO DO ANO ANTERIOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES. --

---

---**SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE OLIVEIRA DE S. MATEUS E NA FREGUESIA DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO MONTANTE DE 5.200,00 EUROS, CONFORME ANEXO DAS MINUTAS DOS RELATIVOS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Prescindiu de qualquer esclarecimento. ----------

---**JORGE COSTA (PS)** - O PS analisou e viu em detalhe esta proposta que aqui nos a Câmara faz presente e tem aqui algumas dúvidas que gostávamos que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse: ----------

---Primeiro - é feita na fundamentação da proposta que ela se revelou positiva nos anos transatos. E a pergunta é: em quê? Continuar a fundamentar atos administrativos com chavões e palavras genéricas não dá em nada. Quando se diz, é positiva, foi positiva por isto, por aquilo. ----------

---E, portanto, esclarecer devidamente em que é que irá radicar afinal o ter sido positivo. Até porque, depois analisando em mais detalhe, percebe-se imediatamente que no estudo há aqui incongruências: primeiro - uma das coisas que se diz que é positiva, é o não aumento da despesa pública global. ----------

---Eu entendo que jardineiros angariados em Gondifelos ou em Oliveira de S. Mateus implicam, por exemplo, a menos a deslocação de jardineiros da Câmara para lá. E isso

não deveria manter a despesa pública, ou registar apenas o não aumento da despesa plurianual. Deveria, isso sim, implicar um decréscimo, uma poupança efetiva da Câmara Municipal.----------

---Mas também, de novo em jargões genéricos, diz-se o aumento da eficiência de gestão. Em quê?! Se não quantificam, se não apontam nenhum tipo de poupança para os famalicenses por estarmos a seguir este critério de Delegação de Competências. E, depois, também se aponta aqui outro palavrão genérico, ganhos de eficácia. Em quê, Senhor Presidente? É porque isto é tudo treta, treta mais treta. Palavras genéricas, conceitos genéricos e concretizados, quantificados, expostos, zero! ----------

--- E, portanto, também se diz aqui que isto garante uma maior racionalização de recursos. Em quê de novo, Senhor Presidente? Em quê?! V. Exa. e Paulo Cunha estão todos habituados… esta maioria está habituada a lançar meia-dúzia de atoardas para o ar e a seguir não justificar as coisas. Tem que fundamentar! V. exa tem muitas pessoas a trabalhar para si, e tem que fundamentar melhor. ----------

---Resumindo, é claro que nós apoiamos a transferência, o PS apoia a transferência para as Juntas de Freguesia e a Delegação de Competências. No entanto, é preciso transparência em todo este fenómeno. Por exemplo, se um jardineiro de Gondifelos ou de Oliveira S. Mateus deixar mal-estacionado um carrelo e vier um indivíduo de mota e morrer nesse acidente por causa desse carrelo, quem paga? A Câmara. Está aqui prevista alguma coisa para isto? Zero! Zero. Lembro a Vs. Exas. um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que diz o seguinte: "A câmara delegante continua, em virtude do poder de superintendência, a ser responsável pelo modo como são exercidos os poderes pela junta delegada.". Vocês acautelaram isto? Não! Não está aqui, por exemplo, nenhum seguro de responsabilidade civil extracontratual. Estão estabelecidos nestas minutas de contrato, estão estabelecidas algumas formas de evitar o que a auditoria veio aqui acusar e registar em Famalicão? Não. Não está, não está! Não há aqui nenhuma cláusula que esclareça como é que vai ser gasto este dinheiro; que informações é que as Juntas vão dar,

o que não vão dar, se foi aplicado, quando, como. E devia estar, senhor Presidente. E devia estar. Devia estar calculado o risco, devia-se perceber claramente como é que se vai gastar o dinheiro. Em razão de todas estas insuficiências, até que V. Exa. não quis explicar nada à Assembleia, porque acha que não tem que explicar nada à Assembleia, o PS terá necessariamente que se abster. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Senhor Presidente da Assembleia, é só para dizer que é com agrado que eu vi que todos desta Assembleia vão votar a favor desta Delegação de Competência na Junta de Freguesia, proposta pela Câmara Municipal.

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE OLIVEIRA DE S. MATEUS E NA FREGUESIA DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO MONTANTE DE 5.200,00 EUROS, CONFORME ANEXO DAS MINUTAS DOS RELATIVOS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS 2023, 2024 E 2025, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE AMBOS COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DO ARTIGO 134º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES.**----------

---

---**TERCEIRO PONTO -** DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E AUTO DE TRANSFERÊNCIA, NOS TERMOS DO

DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ----------

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. ----------

---JORGE COSTA (PS) - Em 2019, o António Costa, antecipando e dando crédito aos Presidentes de Junta, veio fazer um Decreto-Lei, o Decreto-Lei 57/2019 que diz em palavras simples o seguinte: O dinheiro gerido pelos Presidentes de Junta, atenta a proximidade relativamente aos problemas, é melhor gerido do que junto das Câmaras Municipais ou do Governo. Pode-se poupar o dinheiro de todos, dinheiro, se a gestão for da Junta. ----------

---Portanto, este Decreto-Lei veio estabelecer uma transferência de competências da Câmara Municipal da alínea a) a m) que inclui: a gestão e manutenção dos espaços verdes; limpeza das vias e espaços públicos; reparação e substituição do mobiliário urbano. Enfim, muita, muita coisa em que a Câmara deveria transferir para a Junta. Sucede, porém, que a Câmara de Famalicão não confia nos autarcas de Famalicão e pegou, e pegou apenas em três… ----------

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhores Deputados, eu pedia que não se manifestassem. ----------

---Senhor Deputado, um momento, por favor. Eu pedia que ouvissem com atenção a intervenção do orador e, por favor, não interfiram porque é assim que é a norma nesta casa. ----------

---JORGE COSTA (PS) - …ora bem, destas dezenas de transferências possíveis, a Câmara de Famalicão só aceita transferir três. ----------

---Ó Senhor Presidente da Câmara, pode confiar nos autarcas de Famalicão, pelo menos nos do PS, não tenha medo! Não tenha medo.----------

---E é triste perceber que a Câmara de Famalicão podendo poupar o dinheiro dos famalicenses, podendo pôr as Juntas a trabalhar mais, o não está a fazer.----------

---Agora, Senhor Presidente, acordou. Neste contrato de transferência de competências já incluiu uma cláusula 7, ao contrário dos outros que devia corrigir, se lesse pelo menos os papéis, V. Exa. não lê nada destas coisas, nem percebe nada disto, com toda a franqueza. Se lesse estas coisas percebia que este contrato tem uma cláusula 7ª, em que se acautela os problemas levantados pela IGF, mas os outros não tinham. Isto é meia bola e força. Esta velha maioria está habituada a andar meia bola e força. Tanta gente a ganhar tanto dinheiro aí. Mas, as competências, o ler a lei, a preparar as coisas como deve ser, ficam, senhor Presidente, desculpe-me a rudeza da linguagem, "a vestir". ----------

---Também aqui não são acauteladas as questões do risco. E, também aqui, a Câmara não teve a coragem de transferir para as Juntas isto e vem apresentar-nos uma ressessa transferência ao abrigo da Lei das Autarquias Locais quando se podia ter servido e devia, das opções do Costa, de confiar nos Presidentes de Junta. E vocês só estão calados porque estão afinados com a maioria. Porque sabem como o PS sabe, e sabem como os famalicenses sabem, que o dinheiro gerido por vocês em política de proximidade seria, a bem de todos, muito mais aplicados. ----------

---E, portanto, vai sendo hora de esta… por que sabem, o dinheiro em vez de ir para as Juntas depois vai para pagar avenças… ouçam, ouçam, que vocês ouvem mal. Vai para pagar publicidade, os *marketings*. Entendem?! Entendem?! É para isto que vai o dinheiro, quando podia ir para os famalicenses nesta lógica de delegação de proximidade e de verdade perante os famalicenses. ----------

---Senhor, ainda, Presidente da Câmara, tendo optado por uma deliberação das pequeninhas, deveria estar aqui e ter instruído este processo. Das pequeninhas, sim. Usa o sistema de 2013. Nós estamos em 2022. Acorde, Senhor Presidente. Devia ter usado aqui uma alusão de todas as Juntas, é o que resulta deste Decreto-Lei, de todas as Juntas a dizer: nós aceitamos as delegações e instruir o processo. E, mais uma vez chamo-lhe,

Deus queira que nada aconteça de mal, chamo-lhe de novo a capítulo, o tal Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que diz todas estas coisas. Se algo correr mal, vamos correr a seguir atrás do prejuízo, infelizmente. ----------

---Senhor Presidente, V. Exa. é um Presidente novo numa maioria muito velha e ressessa.

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Senhor Deputado Jorge Costa, eu julgo que não foi particularmente feliz trazer para a discussão o Decreto-Lei 57/2019, para justificar o ímpeto descentralizador e a confiança do Governo do Dr. António Costa nas freguesias. E eu vou-lhe explicar porquê. Por que se bem reparar e se bem leu esse Decreto-Lei, das 14 competências, das 14 competências a transferir para as Freguesias, 13 são competências próprias dos municípios, ou seja, o Estado não transferiu nenhuma das suas competências com exceção da Gestão dos Espaços do Cidadão. Ora, significa isso que, sendo competências próprias, como sabe dos municípios, para que essa transferência ocorra é necessário que os órgãos deliberativos, o nosso, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia aprovem essa mesma transferência. Ora, significa isto também que no limite, até pode não haver transferência nenhuma. E este, é o Decreto-Lei do Governo do Dr. António Costa. O Dr. António Costa confia tanto nas freguesias, que aprova um Decreto-Lei no Conselho de Ministros que no limite até pode não haver nenhuma transferência de Competências. ----------

---A verdade, Sr. Deputado Jorge Costa, é que ao contrário dos Municípios, as freguesias foram encaradas pelo Governo como entidades meramente subsidiadas neste processo. Meramente subsidiadas.----------

---E, portanto, daí eu ter dito que não foi particularmente feliz quando se socorre do Decreto-Lei 57/2019, para dizer que o Governo confia muito nas freguesias. Não, não confia, e o Decreto-Lei é o espelho disso mesmo. ----------

---Mas, a Câmara confia nas freguesias e a Câmara confia nas freguesias e não só transfere três das treze, conforme fez referência, e diz: não transfere as outras dez. Não transfere as outras dez, por razões que a própria proposta consta. E dá a sua justificação, naturalmente

ao abrigo da Lei. E porquê manter na sua esfera? Porque são consideradas matérias de natureza estruturante para o município, para a execução de demissões de interesse geral, nomeadamente em matéria de política e gestão de espaço público e coordenação de Proteção Civil. Parece-me que são razões suficientemente fortes para justificar essa não transferência. ----------

---Mas isso não impede, como sabe, ao abrigo do Decreto-Lei 75/2013, continue a haver Delegação de Competências nestas matérias e elas podem acontecer naturalmente. Depois dizer-lhe também, Senhor Deputado, o seguinte, e para terminar, a prova de que esta Câmara Municipal confia nas freguesias está nos volumes de transferências operadas ao longo destes anos. Vou-lhe dizer, sabe, olhe: em 2018 o município transferiu para as freguesias quatro milhões, setecentos e trinta e um mil euros. Estou a falar em transferências correntes, estou a falar em apoio a obras e na verba livre. Sabe quanto é que foi o ano passado, em 2021? Oito, ou se quisermos, perto de nove milhões de euros. Sabe quanto é que isso significa em termos de despesa da Câmara Municipal? Oito virgula um por cento. Oito virgula um por cento a despesa da Câmara em transferências para as Juntas de Freguesia! Tenha paciência, mas acho que é um valor muito significativo e é demonstrativo, de facto, dessa confiança que existe, dessa relação de confiança que existe, ademais que é recíproca entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. ----------

---**JORGE COSTA (PS) -** Apenas para retorquir ao Senhor Deputado que tem de ler os papéis, porque eu não fui infeliz em chamar à coação isto, foi a Câmara que chamou. Depois disse: não estamos preparados e vamos buscar a legislação ressessa. Leia os documentos, Senhor Deputado. ----------

---E, portanto, e vir-me aqui depois dizer que, transferiu três, mas podia ter transferido catorze ou treze! E vir aqui dizer que transferiu quatro num ano e nove milhões noutro, em cento e trinta e tal milhões?! Vocês não confiam nestas pessoas. Assumam de uma vez por todas! ----------

---RICARDO COSTA (CDS) - Nós vimos hoje, chegamos aqui a esta Assembleia e nunca antes os Presidentes de Junta, o Presidente da Câmara foi atacado pelo Partido Socialista da forma como foram insultados. Senão vejamos, começam por dizer questões obscuras, ludibriar, é só treta. ----------

---Senhor Deputado Jorge Costa, nós não estamos habituados a ver um ex-primeiro ministro a chamar velhaco ao atual, e outro a chamar-lhe aldrabão. Portanto, a nossa maneira de fazer política não é essa. Portanto, não venham para aqui tratar os Presidentes da Junta da maneira que têm de tratar, e não venham para aqui tratar o executivo da maneira que estão a tratar. Tenham paciência! ----------

---JORGE OLIVEIRA (PSD) - Senhor Deputado Jorge Costa, nós temos que nos entender. Das duas uma, se a proposta não faz referência à Lei, aqui d'el-rei que a proposta vem mal instruída, que não faz referência à Lei. Se a proposta faz referência ao Decreto-Lei, aqui d'el-rei porque o poder não pode falar dele, quando o Senhor foi o primeiro a citá-lo. Convenhamos, eu percebo que é muito desconfortável…----------

---SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado Jorge Costa, Senhor Deputado Jorge Costa, vai-me desculpar! Não há diálogo direto entre os Deputados e quem está a usar da palavra. Foi sempre assim, não vai mudar agora! Peço desculpa. Peço esse respeito a todos.----------

---Senhor Deputado, por favor… Senhor Deputado, peço-lhe o favor de respeitar a Mesa da Condução dos trabalhos, e as regras são de sempre da Assembleia Municipal. ---------

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Ó Senhor Deputado, a proposta faz referência à Lei porque tem de fazer referência à Lei. E foi V. Excelência que começou exatamente por aí, tenha paciência!----------

---O Senhor não pode invocar um Decreto-Lei em defesa do seu Governo e depois pensar que se vai eximir à crítica desse mesmo Decreto-Lei. Isso não vai acontecer! Com o PSD, tire o cavalinho da chuva que isso não acontece. A verdade é que este Decreto-Lei, Senhor Deputado, a verdade é que com este Decreto-Lei, o Governo coloca as freguesias como

Agentes Menores do Poder Local. Agentes Menores do Poder Local. E pouco importa ao Governo se o Poder Local, ao nível das freguesias, sai ou não reforçados com as transferências de freguesias. ----------

---E daí, que a concessão de todo este Decreto-Lei faz depender de um órgão deliberativo da Assembleia Municipal, de um órgão deliberativo da Assembleia de Freguesia que no limite pode equivaler a não haver transferências de competências. Tenha paciência, mas é exatamente isto que está neste Decreto-Lei. E essa é a solução, a única que é possível neste mesmo ponto. ----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E AUTO DE TRANSFERÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL –** O ponto quatro da ordem de trabalhos foi retirado. ----------

---**QUINTO PONTO -** DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FAUP) E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 55.500,00€ (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS EUROS), AO QUAL ACRESCE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, CONFORME O DISPOSTO NA

ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA.-------

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -** Prescindiu de qualquer esclarecimento.----------

---**JORGE COSTA (PS) -** Caríssimos famalicenses, eu fiquei espantado com esta proposta. Qualquer cidadão de bem de Famalicão fica espantado.----------

---A Universidade Lusíada não é só a Universidade onde o Armindo Costa se formou em Arquitetura. E, quando vi que contratamos a Universidade do Porto e não haver aqui referência nenhuma, a uma eventual disponibilidade da Universidade Lusíada, fiquei admirado. E, quando vi que o Senhor Presidente da Câmara disse: prescindo, não quero dizer nada. Ainda mais admirado fiquei!----------

---E, portanto, caríssimos, que é que é isto?! É um protocolo ao abrigo de um Decreto-Lei 37/2018, para programas de investimento na habitação. E quem lê, como eu li, V. Exas. estão habituados, como o PS leu estes Decretos-Lei, vê que no fundo todas estas matérias podemos lançar apelo e pedir esclarecimentos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, como decorre nos artigos 13º, 24º, 62º e 63º.----------

---Mas, nós aqui, estamos a gastar dinheiro para pedir a uma universidade que nos dê isso. E eu, como já fui Vereador da Câmara, lembrei-me assim: caramba, o Mário Passos não terá escolhido um Vereador minimamente competente para cuidar destas matérias? Eu fui, no tempo do Agostinho, Vereador da Habitação. E será que no grupo de *entourage* desta maioria não há nenhum Vereador competente? E, então, peguei e fui ao setor da Câmara. Quem é o Vereador da Habitação que não consegue fazer as coisas? Senhor Doutor Mário Passos que acumula aqui excesso de pelouros e que mostra incompetência técnica e humana e de tempo para gerir um dossier como este, que eu tive enquanto fui Vereador. Senhor Presidente, estas coisas são duras, mas têm que ser ditas. Os famalicenses têm que ser informados do que é que está aqui em causa.----------

---E, portanto, voltem Agostinho e voltem Armindo porque estão ambos perdoados. -----

---Nós estamos a ver como é que isto está a andar. E reparem, o que é que se contrata? O que é que se pede aqui para gastar este dinheiro todo? Por exemplo, definir e coordenar a equipa técnica; conseguir uma estratégia de implementação; disponibilizar espaços, como se a Câmara não tivesse muitos espaços onde reunir a equipa que tratasse disto; fazer o marketing, mobilizar os meios de comunicação. Tudo isto é um *show off*, Senhor Presidente.----------

---V. Exa. podia com a prata da casa e sem gastar este dinheiro aos famalicenses, podia não, devia, sem ter seguido este caminho, tratar de tudo isto. E se não tem tempo, delegue. Não faltam aqui homens e mulheres competentes, supostamente! Ou V. Exa. por que é que acumula estes pelouros todos? Por que é que isto significa? Não confia na sua equipa?

---Lamento que o dinheiro dos famalicenses esteja a ser gasto desta forma em razão de incompetências e de inabilidades, e lamento que não haja aqui referência alguma a uma instituição de prestígio como a Universidade Lusíada. ----------

---Eu não quero ser polémico, mas não será mesmo porque se formou lá o Armindo Costa? ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Antes mesmo de dar a palavra ao Senhor Deputado João Nascimento, queria-lhes pedir o seguinte, e não tem que ver apenas com esta intervenção do Senhor Deputado Jorge Costa. Nós conhecemo-nos todos entre nós, a maior parte de nós fora da Assembleia Municipal, e temos relações que vão para além da política. Mas, eu pedia-lhes que aqui, na Assembleia Municipal, tivéssemos um mínimo de formalismo no tratamento entre quem exerce cargos públicos. Razão pela qual, aqui não é o Mário Passos, nem há o Jorge Costa, nem o Melo. Há o Senhor Deputado, o Senhor Presidente, o Senhor líder municipal. O mínimo de formalismo não fica mal e é devido num órgão como este. É visto e ouvido em direto, e nós temos de estar altura dos nossos mandatos. E é por isso, por exemplo, no Regimento da Assembleia da República, numa densidade que, até eu a seu tempo talvez sugerisse que fosse ponderada na Comissão do Regimento, na Comissão da Revisão do Regimento, que se tivesse em

conta aquilo que se lá diz sob a forma de usarmos a palavra e o tratamento quando nos referimos à Mesa; quando nos referimos aos colegas; principalmente até quando nos referimos à oposição. É uma questão de respeito pela instituição política. E todos os temos, e todos nós temos tido, mas sei muito bem que ás vezes no calor da discussão, há uma ou outra frase mais inadvertida, uma ou outra familiaridade que são mais indevidas, mas eu queria apenas assinalar isto, porque é importante nesta Assembleia Municipal o bom tratamento entre nós todos. ----------

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS) -** Saúdo o Senhor Presidente por esta intervenção, que já era precisa há algum tempo. Efetivamente as coisas estavam aqui…parecia que estavam a escambar um bocadinho e de facto o respeito que todos devemos ter uns pelos outros, independentemente do Grupo a que pertencemos, deve sempre falar mais alto. E deixa-me aproveitar esta deixa de falar mais alto, para fazer aqui uma recomendação ao Senhor Deputado Jorge Costa que, se ouviu a tomada de posse do Partido Socialista, onde estava também o Senhor Vereador Eduardo Oliveira, ouviu, certamente, o novo Presidente da Assembleia da República dizer que a qualidade dos argumentos não se mede em decibéis, mas sim, na capacidade de argumentação. E eu tenho muito respeito pela capacidade de argumentação do Senhor Deputado, mas, efetivamente, acho que não precisamos de entrar por esses campos. ----------

---Tenho a certeza que o Senhor Presidente da Mesa me perdoará por fazer uma saudação especial, porque ainda não tive a oportunidade de o fazer, ao Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira e ao Senhor Vereador Eduardo Oliveira, pelo início dos trabalhos nesta legislatura na Assembleia da República. De facto, acho que Famalicão só tem a ganhar. -

---Faço o apelo, sempre que possível, e acredito que algumas vezes não o será, que possam trabalhar em conjunto, tornando mais e melhor para Famalicão. Os famalicenses sairão a ganhar, sabendo que Famalicão é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. ----------

---Aproveito também, Senhor Presidente, e peço desculpa, para fazer uma saudação especial e genuína ao Senhor Vereador Eduardo Oliveira por tê-lo de volta à Assembleia Municipal. De facto, não é a minha primeira passagem por esta casa, passei cá no início do século; passei cá em 2001; passei cá em 2005; passei cá em 2009, fui contemporâneo, aliás, com o Senhor Deputado Jorge Costa, com o Senhor Vereador Paulo Folhadela e com outros, e com o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira e com outros, que não me recordo neste momento. ----------

---Mas ouvi muitas vezes, sentado na bancada do grupo Municipal do CDS, as considerações que, principalmente o Partido Socialista teceu às ausências do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, bem sabendo pela vida pública que ele tinha, e não querendo ser advogado de ninguém, onde é que ele estava e o que é que ele estava a fazer. ----------

---E, portanto, tenho a certeza Senhor Vereador que sendo o Partido Socialista dizendo-se um partido coerente, o Senhor Vereador sofrerá na pele as mesmas críticas e, portanto, o CDS fará justiça à sua defesa.----------

---Relativamente, relativamente então… já vou discutir, Senhor… calma, calma! E vou discutir sem levantar a voz. E só queria dizer o seguinte, em resposta… Ó Senhora Deputada, pode usar da palavra, pode usar da palavra se quiser… ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Senhor Deputado, eu pedia que usasse da palavra até que o tempo será descontado. ----------

---Senhor Deputado, eu pedia-lhe por favor, com respeito que eu peço em relação a quem está a usar da palavra, que por acaso é do CDS, é o mesmo que eu peço em relação a quem é do PS, é recíproco.----------

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Queria só deixar uma resposta ao Senhor Deputado Jorge Costa, dizendo-lhe e até para fraseando, porque achei engraçado na altura numa Assembleia anterior aquilo que disse ao Senhor Deputado do CHEGA, João Pedro Castro: Chega, Senhor Deputado. Chega, disse. Estas foram as palavras do Senhor Deputado. --

---Não é a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta vez que o ouvimos falar do saudosismo, Agostinho Fernandes. E eu só queria perguntar o seguinte, Senhor Deputado, eu tenho algumas dúvidas sobre que Agostinho Fernandes é que o Senhor Deputado tem saudades. O Senhor sabe! É que realmente não há outro, Senhor Deputado. Eu tenho aqui o excerto de uma ata de 19 de abril de 2002, onde, Jorge Costa intervindo, o Senhor Deputado, disse que: "(…) a verdade tardava, mas não falhava". Ó Senhor Deputado, desculpe, mas quem veio falar de Agostinho Fernandes foi o Senhor Deputado.----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -** Senhor Deputado, permita-me.

---Quem usa da palavra deve, objetivamente, conduzir-se ao tema. Não significa que, quem usa da palavra, não possa usar figuras de estilo ou não possa usar exemplos argumentativos do passado em relação às pessoas que são invocadas, como é o caso. Eu pedia é que o Senhor Deputado realmente, enfim, na medida do possível, se reconduza ao tema, usando obviamente os exemplos que muito bem entenda e se esse fizer sentido. ---

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS) -** Vou fazê-lo. E vão já perceber porque é que tem a ver com habitação.----------

---É que o Senhor impugnou e aqui clamou para o Senhor Presidente Agostinho Fernandes o investimento na habitação. O Dr. Jorge Costa disse nesta Assembleia o seguinte: "(…) a verdade tardava, mas não falhava. E a verdade sobre alguns factos precisava de ser dita porque deixava alguns famalicenses inquietos. Havia feito parte do anterior executivo, como aqui tinha dito, e podia dar àquela Assembleia uma síntese do que se havia passado. O Partido Socialista havia apresentado e submetido à Assembleia um orçamento que previa algum investimento na habitação, cá está, um investimento na habitação rural e distribuído na educação e por vários itens. A partir de terminada altura, o presidente eucalipto, Agostinho Fernandes, começou a martelar o orçamento e a transformá-lo numa coisa completamente diferente, desvirtuando-o de fio a pavio, dando como testemunho as áreas da habitação, que desprestigiou, tirando de uma assentada porque haviam sido várias, quinhentos e setenta mil contos.----------

--- Ao pelouro das obras havia tirado cerca de um milhão e meio de contos.----------

---Havia chegado ao cúmulo de o presidente eucalipto dizer, quem manda aqui e no dinheiro sou eu.". Palavras do Senhor Deputado Jorge Costa. "Nós não vamos pactuar com isto." Foram estas as palavras.----------

---Foi isto que Agostinho Fernandes fez à habitação.----------

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Eu queria muito simplesmente dizer que nós, CHEGA, não nos identificámos nada com esta forma de fazer política. Está na hora de dar alguma relevância à Assembleia Municipal. ----------

---Em primeiro lugar, e imbuídos de um espírito de contribuição, parece-nos que importa respeitar a vontade popular. E a vontade popular deu a esta coligação uma larga maioria e uma legitimidade que temos obrigatoriamente que respeitar, o que não impede que nos pontos em que discordemos que apresentemos alternativas ou façamos eventualmente reparos. Tenha calma, Senhor Deputado Jorge Costa!----------

---O mesmo se passa com o Governo da República. Os Senhores tiveram uma maioria clarificadora e agora durante os próximos quatro anos não têm desculpas, não têm bodes expiatórios, até à próxima banca rota, eu sei, mas não têm de qualquer as maneiras. -----

---Bem sabemos que a oposição faz o seu papel, mas a tradição autárquica no nosso país e até no nosso concelho, ao contrário do que acontece a nível nacional, tem sido inúmeras vezes de colaboração entre forças partidárias com o escopo de se conseguir um verdadeiro progresso na nossa comunidade. E PS e PSD têm andado muitas vezes de mão dada, às vezes com benefício para todos, outras vezes por mera conveniência.----------

---Não nos parece igualmente correto, porque não é a nossa maneira de estar na representação popular, que a oposição esteja constantemente com afirmações difamatórias, levantamento de suspeições e distorções no conteúdo das matérias.---------

---Bem sei que os Senhores do PS, especialmente os Senhores do PS, já começaram a campanha eleitoral para as próximas autárquicas, com promessas em catadupa e elogios a si próprios, e proclamação de intensões a propósito de tudo e a propósito de nada. -----

---Parece-me que o Paulinho das feiras já tem um digno sucessor, ali com o nosso Eduardinho das romarias. Ele está em todas! Senhor Presidente, Senhor Presidente de Câmara, o Senhor vai ter que abdicar de algum tempo familiar e tempo da Câmara para ir a mais missas, e a mais romarias, e a mais procissões, se não está tramado, Senhor Presidente de Câmara.----------

---Portanto, nós estamos aqui para mudar o rumo dos acontecimentos e, Senhor Deputado Jorge Costa, não nos identificámos nada com a sua forma de se dirigir a esta Assembleia.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Eu pedia que os Senhores Deputados, no mínimo, tratassem, nem que fosse numa ínfima parte do tema que está em discussão. Temos uma ordem de trabalhos, é suposto.----------

---PEDRO SANTOS (PSD) - Eu de facto, perante a intervenção que ouço aqui e que ouvimos do PS, eu de facto fiquei confuso relativamente a um documento que estava aqui a ser referido e se leu de facto o documento. Se no passado, ainda há bocadinho nos dizia que nós não lemos o documento, eu é que fiquei confuso se leu o documento. Fiquei confuso porque este é uma estratégia local da habitação, de Vila Nova de Famalicão, é absolutamente um documento estratégico. Estratégico em matéria de política de habitação que foi aprovada em reunião ordinária da Assembleia Municipal, no passado dia 25 de fevereiro, onde foram apresentadas e aprovadas as suas orientações e objetivos, num trabalho de cooperação entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.----------

---A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto é uma Faculdade procurada por muitos municípios, e convido o PS a ver quantas Faculdades, ou melhor, quantos municípios procuraram esta Faculdade para elaborar as suas estratégias locais de habitação. Convido-vos a ver quantos municípios fizeram isso! ----------

---Não está em causa a Universidade Lusíada, uma casa de referência neste concelho como outros aqui no nosso território. Agora, é necessário dar sequência a este procedimento. E é disto que estamos a falar. Daquilo que foi aprovado para que o

município possa dar seguimento a todo o processo que corresponda às orientações no âmbito do primeiro direito. ----------

---Este instrumento pretende enquadrar todos os apoios financeiros a conceder no território municipal, no âmbito do primeiro direito desenvolvido com estatuto da habilitação e da reabilitação urbana, IHRU, Senhor Deputado, e que enquadra cerca de 152,9 milhões, sendo eles mobilizados em 84,9 ao município, 44,9 a beneficiários diretos e 23,1 milhões ao terceiro setor. Não ouvi falar nada disto. ----------

---Com base nestas orientações, a estratégia local de habitação abre aqui um novo ciclo em matéria de habitação por força da inclusão da estratégia local da habitação de elevado número, é disto que estamos a falar, de soluções a serem trabalhadas e desenvolvidas por entidades do terceiro setor ou autopromovidas pelos próprios destinatários, à acomodação de verbas no plano de recuperação e resiliência, que melhora as condições de financiamento, mas que determina condições apertadas do acesso ao financiamento, limitam em prazo a sua operacionalidade, limitando a execução do mesmo até junho de 2026. ----------

---Considerando urgência na execução do financiamento, os complexos procedimentos técnicos determinados pelo IHRU, e o elevado número de entidades promotoras não profissionalizadas pela estratégia local de habitação, e tendo-se como muito vantajosa a celebração de um novo contrato de cooperação entre o município de Vila Nova de Famalicão e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Por todo o trabalho que foi feito no passado. Ou vamos perder agora todo esse trabalho que foi feito no passado? No aproveitamento do conhecimento já acumulado por esta Faculdade ao longo do anterior contrato, sendo absolutamente primordial dar apoio nesta fase aos processos de solicitação de candidaturas e cumprimento dos objetivos propostos.----------

---Em Famalicão temos o rumo definido e queremos dar respostas aos famalicenses e não virmos aqui enganar, porque sabemos muito bem o que o passado e o PS já nos ensinou.

---**JORGE COSTA (PS) -** Eu gosto muito da forma como o CDS tem feito e faz política, por isso é que não está na Assembleia da República. E vamos ver como é que será nas próximas eleições aqui em Famalicão.----------

---De qualquer das formas, o Eduardo faz trabalho de proximidade dos famalicenses e em liberdade. Ele podia pedir, ele não precisa de procuração, mas no mínimo um ato de corretor. Ele não responde a coisas mínimas, ele tem direito e fará e estará sempre próximo dos famalicenses. Em defesa da honra, poderia se quisesse falar. ----------

---De qualquer das formas, caríssimos… Ó Senhor ilustre Deputado do PSD, de facto não leu, artigo… incumbe à Universidade do Porto coordenar a equipa técnica (o vereador da área é que devia fazer isso); conseguir uma estratégia de implementação (o vereador da área é que devia fazer isso); apoiar tecnicamente a instrução da candidatura (o vereador da área é que devia fazer isso).----------

---Portanto, caríssimos, aquilo que eu estou a falar, aquilo que vim aqui falar sobre critérios de habitação, é que é preciso mudar os critérios de nomeação de equipas estritamente partidários e políticos por valor, meritocracia, isenção, independência, pelos critérios do PS. ----------

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD) -** Ó Senhor Deputado Jorge Costa, o Senhor imagine-se que lhe aparece de um momento para o outro um nodulosito debaixo do braço e o Senhor vai ao IPO ao Porto fazer os seus testes, as suas consultas, o diagnóstico ao Porto porque são especialistas. Entretanto, é-lhe diagnosticado um cancro. O Senhor vai ser operado em Famalicão e tratado em Famalicão. Deixa o Porto, deixa o IPO, deixa os especialistas e vem para Famalicão.----------

---Esta equipe que acompanhou todo o estudo de diagnóstico e de elaboração da estratégia local de habitação para Famalicão é uma equipe especializada, que não existe em todas as Faculdades e existe na Faculdade do Porto. Na Faculdade Lusíada, em Famalicão, não existe e nós estamos só a dar continuidade aos estudos que foram feitos anteriormente. --

---SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Dizer aquilo que alguns Senhores Deputados já aqui referiram, e o Senhor Deputado Jorge Costa obviamente que fez uma confusão tremenda, nessa questão de quem não percebe nada, ficou aqui claro de quem não percebe mesmo nada! É que o Senhor confundiu estratégia local de habitação com projetos de arquitetura. É incrível, mas fê-lo aqui. E depois, para além disso, ficamos a saber todos que o Senhor Deputado foi Vereador da Habitação, que eu não sabia, mas agora fiquei a saber que o Senhor foi o responsável por Famalicão, durante muito tempo, ter sido conhecido pelo concelho das barracas. O Senhor deixou um conjunto de barracas num concelho abarracado por todo o lado que, depois com o Arquiteto Armindo Costa, e eu próprio enquanto Vereador da Habitação, tive que resolver tudo aquilo que o Senhor não fez. Aliás, tudo aquilo que o Senhor promoveu de mal neste concelho. ----------

---E, portanto, é isto que sucedeu. Está aqui o seu curriculum! É exatamente isso! Não é de prémio Nobel da Habitação, é exatamente o oposto disso. ----------

---JORGE COSTA (PS) - De forma telegráfica, mesmo. Ora bem, o especialista é o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que é quem aprova as candidaturas e que, segundo a Lei, Senhores Deputados têm que estudar mais, segundo a lei, esclarece as dúvidas, dá apoio. Está aqui, está na lei. Certo?! ----------

---Ó Senhor Presidente da Câmara, eu estive dois anos, apenas dois anos na Habitação. V. Exa. e a sua maioria estão há mais de vinte. Acorde! ----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (FAUP) E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 55.500,00€ (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS EUROS), AO QUAL ACRESCE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL

REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES. ----------

---

SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SELOS FAMALICÃO VISÃO'25, CUJA PROPOSTA FOI APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016, E POR ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A 29 DE ABRIL DE 2016, PUBLICADO NO AVISO Nº 6217/2016, DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 95, DE 17 DE MAIO DE 2016, TAL COM O PREVISTO NO ARTIGO 146.º DO CPA. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. ----------

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Senhor Presidente, é uma matéria já bem divulgada no concelho de Famalicão, os famalicenses conhecem bem e, portanto, prescindo. ----------

---**JORGE COSTA (PS)** - Para perceberem a minha intervenção, terão que ver a última Assembleia Municipal. Que era aquela coisa das estratégias isto, estratégias aquilo, estratégia disto, estratégia daquilo. ----------

---Agora revoga-se o Regulamento de Selos que em vez de estratégia tinha, Famalicão MadeIn, B-Smart Famalicão, Força V Famalicão Voluntário e Famalicão Comunitário, *marketing*, mais *marketing*, mais *marketing*. Ainda bem que é revogado, Senhor Presidente. Ainda bem que é revogado. ----------

---Mas, o problema não é de deixarmos estes jargões de *marketing* pagos pelos famalicenses a peso de ouro, com suas ideias ocas e vazias para vender *marketing* por seco, é substituído por outro *marketing* que se vai chamar os dias de Famalicão 30, e estratégia disto e estratégia daquilo.----------

---Ó Senhor Presidente, o PS está cansado de tanto *marketing*. O PS vai denunciar todos os dias, todas as vezes que necessário for, numa política de proximidade junto das pessoas

este uso e abuso exaustivo de estratégias de *marketing* que descuram, ao mesmo tempo, um real investimento, e tentam esconder escamotear a inação deste executivo e desta maioria. ----------

---Como é obvio, para este peditório do marketing já, nós PS e os famalicenses, demos muito, demos de mais. E é hora, Senhor Presidente fique com este registo, se assim o entender, de arrepiar caminho. ----------

---Para aqueles Senhores Deputados que pensam que eu que vou tratar alguém aqui por doutor ou engenheiro, que esqueçam, que esqueçam isso porque os doutores e os engenheiros são iguais aos cidadãos comuns e têm o mesmo valor.----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Muito obrigado, Senhor Deputado.----------

---Eu não lhe peço que trate ninguém por doutor ou engenheiro, mas peço que quando se dirige ao Senhor Presidente da Câmara o trate por Senhor Presidente de Câmara porque é isso que ele é, e é por isso que ele foi eleito. Tal e qual como o Senhor Deputado é Deputado da Assembleia Municipal. ----------

---Não, aqui não trata pelo nome dele. Porque exerce um cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tal e qual como o Senhor Deputado é o Líder Municipal do Grupo do Partido Socialista. É um Deputado Municipal, e eu não permito que ninguém o trate por Costa ou Jorge Costa, aqui. É igual para todos!----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SELOS FAMALICÃO VISÃO'25, CUJA PROPOSTA FOI APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016, E POR ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A 29 DE ABRIL DE 2016, PUBLICADO NO AVISO Nº 6217/2016, DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 95, DE 17 DE MAIO DE 2016, TAL COM O PREVISTO NO ARTIGO 146.º DO CPA. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA

APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES. ----------

---

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 33/1999, SITA NA RUA FRANCISCO TROVISQUEIRA, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 9, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2470, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. ----------

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. ----------

---JOSÉ PEREIRA (PS) - Ora bem, nós temos aqui, estamos a discutir aqui questões que têm vindo casuisticamente, e o PS tem denunciado estas situações relativamente àquilo que tem a desanexação, daquilo que é património público para a esfera privada. E, sobre este aspeto, queria, numa primeira fase, abordar e dirigir uma questão muito concreta para uma resposta também muito telegráfica e concreta relativamente ao Senhor Presidente. ----------

---No dia 25, salvo erro, dia 25 de fevereiro, na Assembleia Municipal, quando indagado relativamente àquilo que seria, a quem reverteria as mais valias ou enfim, aquilo que seria o resultado da tramitação ou da desanexação, o Senhor Presidente reafirmou categoricamente que reverteria para as respetivas Freguesias. ----------

---Nesse preciso momento, um corpo, não posso precisar em que circunstância, mas alguns Presidentes de Junta disseram-no categoricamente que era mentira. Isto foi reproduzido. Não estou a fazer nenhuma declaração de intensão, queria era tão só que o Senhor Presidente e perante aqui, perante os famalicenses e perante todos os Deputados dissesse-o de uma forma categórica. E, se existir algum dos Deputados ou Presidentes de Junta que não corrobora aquilo que o Senhor Presidente vem afirmar, tem oportunidade, necessariamente, do uso da palavra para clarificar essa situação. Não estou aqui a dizer, não estou a dizer que o é, estou simplesmente a que a mesma seja absolutamente e cabalmente clarificada. ----------

---Já em relação às questões que estão aqui aos três pontos, sete, oito e nove, relativamente à desafetação da esfera pública, isto tem uma abordagem política e não uma abordagem tecnocrata. Isto tem a ver essencialmente com o seguinte: a solicitação ou o apetite por parte, enfim, dos cidadãos famalicenses relativamente às parcelas que estão necessariamente abandonadas e é só por essa razão que necessariamente aqueles que são confrontantes sentem um apetite muito mais significativo, porque confrontam com as suas propriedades, necessariamente só os motiva porque efetivamente o terreno está abandonado. E eu volto a dizer, trata-se de terreno público de gestão municipal. E se ele está abandonado, algo tem que ser feito, Senhor Presidente, porque tem que tratar e tem de cuidar aquilo que é de todos.----------

---O mandato que lhe foi dado pelos famalicenses, é para gerir aquilo que é o património de todos nós naquilo que é o interesse e salvaguardando absolutamente o interesse público. ----------

---E, portanto, esta questão não é uma questão tecnocrata. Tratam-se efetivamente de parcelas, e o PS sente-se sempre confortável relativamente a esta questão e àquilo que é eventualmente o interesse. O que não vai caucionar é este, digamos, desleixo relativamente àquilo que faz parte de todos nós. E essa é uma responsabilidade do seu

executivo, e V. exa. enquanto Presidente desse executivo deve necessariamente cuidar relativamente a este património. ----------

---E, portanto, a questão aqui não é se o PS, o PS tem que olhar para estas coisas e sente-se sempre confortável e nunca passará um cheque em branco, aliás temo-lo dito abundantemente relativamente a estas questões. Elas têm que ser tratadas porque é de todos nós e é de todos os famalicenses aquilo que nós estamos aqui a falar. ----------

---E, portanto, o PS não cauciona. Quero ouvir o Senhor Presidente relativamente a estas questões.----------

---TÂNIA SILVA (CDU) - Não poderia começar a minha intervenção não sem antes parabenizar a postura, perca um bocadinho por tardia, mas pelo menos por esta recomendação do trato e a forma como dirigimos a todos nós. Mas, como já disse, peca um bocadinho por tardia, mas mais vale tarde do que nunca. ----------

--- Relativamente ao ponto em questão, apresentou documento escrito que é do seguinte teor: ----------

---"Uma vez mais, coloca-se a discussão nesta Assembleia Municipal a desafetação de parcelas de terreno afetas ao domínio público para afetação ao domínio privado.----------

---Desde o início deste mandato, e se não estamos em erro, será a 4ª discussão feita sobre este tipo de assuntos. ----------

---Lembrar-se-ão que se no dia 6 de dezembro de 2021 debatíamos a alteração do domínio público para domínio privado de uma parcela de terreno, na Freguesia de Mogege, ao dia de hoje, estamos voltados para as freguesias de Gavião, de Lousado e para a União de Freguesias de Ruivães e Novais.----------

---É certo que não existe nenhuma ilegalidade no processo, mas também é certo que aquilo que discutimos hoje, comprova o que recorrentemente o Grupo Municipal da CDU tem alertado. Ainda na última Assembleia o dissemos, e hoje voltamos a reforçar, o futuro dos famalicenses não está pensado e verifica-se, novamente, a sucessiva entrega de

terrenos públicos destinados a espaços verdes para utilização privada. Projeta-se uma área verde para se aprovar o projeto, passado algum tempo, resolve-se na secretaria! ----------

---Para uma cidade progressista, desenvolvida e solidária deveria ser preocupação desta câmara o efeito potenciador da sustentabilidade da cidade! A verdade é que continuamos a reduzir significativamente as áreas verdes e a sua perda, para o betão, de inúmeros terrenos com potencial ambiental. ----------

---Não podem afirmar com preocupação a falta de espaços para as crianças brincar ao ar livre, o aumento do sedentarismo ou a falta de relações interpessoais, ao mesmo tempo que não conseguem projetar a utilização dos espaços públicos ao serviço da população, sejam eles para convívio, para recreio, para lazer, ao serviço das famílias, das crianças e dos idosos.----------

---Importa adaptar as políticas ambientais aos tempos que vivemos, de crise climática, de alteração de hábitos gerados pela pandemia, em que a fruição dos espaços livres ganha uma nova importância. E por isso, a CDU vê com grande preocupação que da parte do município e até das Juntas de Freguesias parece não haver "inconveniente" ou "interesse no terreno".----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Só umas notas explicativas breves. -

---Primeiro, para reiterar aquilo que eu disse já cinquenta vezes, mas alguns Senhores Deputados têm dificuldade em assimilar o que eu digo por diversas vezes. É uma constante nesta Assembleia Municipal, mas eu não tenho culpa disso. Eu aí, tento esforço-me para que percebam e vou continuar a esforçar-me. E, aqui, mais uma vez.----------

---Eu já disse várias vezes que não há nenhuma Junta de Freguesia que receba menos que um valor de um dado terreno, caso ele seja alienado, como é obvio, caso ele seja alienado, não há nenhuma Junta que receba, como eu disse, um valor inferior ao terreno, portanto, receberá pelo menos o valor igual ao terreno para desenvolver diversas, nomeadamente, obras na sua freguesia. Já disse isso! Se houver aqui algum Senhor Presidente de Junta que, no âmbito de alguma alienação de terreno, tenha recebido durante o mandato menos

que o valor do terreno, tem uma grande oportunidade para o dizer porque se não o disser, o Senhor mais uma vez veio para aqui trazer coisas sem nenhum sentido. Se alguém lhe disse, com certeza virá aqui dizer-lhe, dizer a todos. ----------

---Por outro lado, nós fazemos esta formalidade, esta diligência por forma a que a Câmara Municipal tenha mais graus de liberdade para que com os terrenos possam ser utilizados de diversas formas. Um exemplo: se a Câmara Municipal quiser ceder um dado terreno a uma instituição de solidariedade social, a uma associação, nós temos que o passar para o domínio privado da Câmara Municipal. Isto, eu penso que é elementar, mas vocês não sabiam.----------

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor Presidente, no dia que esta Câmara tiver… esta cedência de terrenos a uma instituição, a uma associação ou o que for, certamente terá o voto a favor da CDU. Mas, neste caso em concreto, não é disso que se trata. ----------

---**JOSÉ PEREIRA (PS)** - Ó Senhor Presidente, era mesmo para ouvir isso categoricamente, para ficar para todo o sempre! Não tem a ver com a questão do entendimento. Eu presumo que também saberá. Somos duas pessoas perfeitamente inteligíveis e intelectualmente capazes para poder dirimir estas questões. Não se trata de diminuir, aqui uma questão que não há neste tipo de participações apreciações de carácter. Ok? Não estamos nisso, estamos a falar de política e é de política que devemos naturalmente centrar. Longe de mim! Não é o meu timbre, não será nunca a minha forma de aqui estar. E espero que, naturalmente, todos os aqui presentes. ----------

---Nós estamos a falar, e como disse, e corroboro, e subscrevo exatamente aquilo que a Tânia de Jesus, estamos aqui a falar de situações que passam para esfera de associações de direito privado, sejam elas coletividades, associações ou clubes, ou de outra natureza. Nos casos concretos tem. Eu por acaso tive o cuidado de ir visitar pelos próprios terrenos, para ver *in loco* o que é que nós estávamos aqui a conversar, porque é assim que é importante, as pessoas nos capacitarmos para podermos discutir as matérias. Não

discutimos as coisas pela rama. O PS vai ao fundo das questões. E irá sempre em todos os assuntos que vierem aqui à colação. ----------

---Aquilo que me preocupa, e eu acho que é uma responsabilidade… A questão que nós estamos aqui necessariamente a falar e a discutir são parcelas pequenas, é um facto, só que estas questões têm vindo aqui de uma forma amiúde, casuística.----------

---Nós já o dissemos e defendemos, de facto temos que olhar para estas questões numa perspetiva mais macro e não temos a dificuldade que o PSD disse numa dessas Assembleias Municipais. Não temos dificuldade em discutir as questões no agregado e não partilhamos necessariamente das preocupações que o Senhor Deputado Meireles disse, relativamente a essa questão que tem reserva se de facto as coisas vierem por atacado. Não temos por princípio porque achamos que em todos os intervenientes nos processos estão de boa-fé. E, portanto, é assim que naturalmente os processos devem ser.

---Eu acho que a Câmara tem que olhar para aquilo que é o património de todos nós e ver aquilo que será necessariamente a dotação sem que elas passem necessariamente para a esfera dos privados. E estamos a falar essencialmente nas pessoas dos privados nos confrontantes, que são aqueles que naturalmente têm o apetite natural pelas parcelas pequenas ou de dimensão maior, seja de natureza privada ou de natureza comercial. Evidentemente que estas questões que tínhamos que olhar para elas de uma forma muito mais holística para olhar naquilo que é o sentido. ----------

---Aquilo que eu disse e reiterei e volto a reiterar tem a ver com uma propositura política daquilo que tem, digamos, o desleixo que, na nossa ótica, a Câmara tem votado nestes terrenos. E essa é a questão central. ----------

---Outro dos aspetos que nós convidamos necessariamente o executivo a fazer, é aquilo que tão simples diz e defende Boaventura Sousa Santos, temos uma democracia cada vez tendencialmente mais participativa. E isso significa o quê? Uma práxis de auscultação, não só dos órgãos eleitos, mas necessariamente de todas as coletividades. ----------

---Que sejam essas parcelas referendáveis em todos os fregueses das diferentes freguesias se de facto é essa a natureza ou a propósito se querem dar àquela parcela que está na esfera de todos nós e que poderá passar para a esfera privada. Esta sim, é que é uma atitude e uma política que o PS acompanhará. Isso não tenha a mínima dúvida. É este tipo de processo. ----------

---Será que, eu deixo a questão, será que chega e é absolutamente suficiente a auscultação dos órgãos representados, nomeadamente a Assembleia de Freguesia? Eu acho que existe um conjunto de forças vivas, e o Senhor Presidente sabe e muito bem, porque conhece seguramente o concelho tão bem quanto eu, e as enormes e inúmeras coletividades que fazem parte da nossa massa crítica, da nossa mundivivência.----------

---E, portanto, é sobre esses que necessariamente deve implicar aquilo que é o processo de auscultação livre, aberto, despreocupado porque estamos a falar, e volto a reiterar, património de todos nós, Senhor Presidente. ----------

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD) -** Mais uma vez estamos aqui a discutir esta situação.

---Eu concordo, quase a 100%, com a Deputada Tânia. Só que gostaria de dizer à Deputada que o que estamos a falar não são terrenos com este tipo de características aproveitáveis. ----------

---Foram muitos anos, mais de 60 anos, que este município recebeu por ordem da lei, terrenos de cedência ao domínio público aquando da execução de loteamentos, e mesmo antes das operações de loteamento, quando era por destaque, também os recebeu, e que está o concelho polvilhado de pequenas parcelas como estas, duas pelo menos, que a outra não tenho aqui a planta e não estive a ver. Mas, estas duas parcelas são: uma com 5 metros de largura por vinte e qualquer coisa de comprido e com uma frente de 5 metros e a outra é uma pérgula, uma largura de pérgula de 3 metros por 12 metros, se a memória não me falha. São parcelas que não estão a ser aproveitadas para nada, porque também não têm dimensão, não têm escala para serem aproveitdas. Há milhentas, e não estou a exagerar, há milhentas parcelas que tem topografia que nem dá para aproveitar porque antigamente,

e o Dr. Jorge Costa sabe isso, que se cedia ao domínio público nas operações de loteamento, o pior terreno que havia no loteamento. Era esse o princípio, estava mal, mas era esse o princípio, e hoje, esta Câmara e todas as Câmaras vêm-se abraços com essas parcelas. Porque depois há outras parcelas que pela sua dimensão já têm outro tipo de aproveitamento.----------

---Eu relembro, por exemplo, a parcela onde está o loteamento da Mabor, foi uma parcela que se cedeu ao domínio público. E, portanto, foi perfeitamente aproveitada para bem da freguesia e para bem do município. ----------

---Agora, estas parcelas não são isso, e eu concordo consigo, não são isso! São parcelas de 20 metros, de 10 metros, que não têm qualquer tipo de aproveitamento, não têm qualquer tipo de utilização, que os Senhores Presidentes de Junta concordam que só é um peso para a freguesia e para a gestão da freguesia, que são de muito difícil tratamento, que os próprios moradores muitas vezes renegam porque são sítios onde se acumulam animais e onde se acumula outro tipo de atividades menos dignas. E, por isso, a câmara, esta ou qualquer outra que está a fazer esta alienação cirúrgica das parcelas e, por isso é que eu não concordo com o vir tudo num bolo porque num bolo ia-se fazer uma análise global e eu prefiro fazer assim uma análise parcela a parcela. Esta Câmara está a tentar livrar-se desse tipo de problemas, e dar-lhes uma utilidade que elas não têm.----------

---Eu, já é pelo menos a terceira vez que digo isto. Espero que desta vez tenha esclarecido um pouco mais.----------

---MANUEL SILVA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO LOURO - Eu não era para vir aqui porque não tenho dados, valores para apresentar. Mas, para que eu possa perceber a justificação que o Senhor Presidente da Câmara apresentou, gostava que trouxesse a esta Assembleia os resultados provenientes das vendas desses terrenos, para que eu possa fazer contas comparativamente com os apoios que temos vindo a ter.-

---É só isso que eu gostava que cá trouxesse. Porque não é verdade que os valores tenham sido transferidos para a Junta de Freguesia do Louro. É só isso que eu tenho a dizer. E

espero que traga cá, numa próxima Assembleia, os resultados, os saldos porque nunca fiquei a saber o valor pelo qual foram vendidos esses terrenos. E que fique bem expresso nesta Assembleia, a Junta de Freguesia do Louro sempre concordou de forma escrita dizendo que não se opunha, desde que o produto resultante da venda fosse transferido para a Junta de Freguesia. ----------

---Nunca isso aconteceu! Fico a aguardar, Senhor Presidente! ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Obviamente que nós traremos no que respeita ao Louro, que foi o único que aqui teve, não foi coragem, o Senhor está a desafiar os seus colegas, Presidentes de Junta, eles estão aí! O Senhor não precisa de nada, o Senhor precisa aquilo que aqui… ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhores Deputados, vamos, por favor, ouvir com atenção. ----------

---Senhor Presidente de Junta, o Senhor Presidente da Câmara tem tempo, e eu pedia como nos casos precedentes que não interrompessem. Falo para os Deputados, falo para os Presidentes de Junta, falo para todos.----------

--- Senhor Presidente de Junta, não só não serve de nada o que está a fazer, como viola regras da Assembleia Municipal como, pior do que isso, ao mesmo tempo nem fica registado o que está a dizer. E todas as intervenções, seja de quem seja, têm que ficar registadas para efeito de ata. ----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - O que eu estava a dizer é que o Senhor Presidente de Junta do Louro veio aqui ao púlpito e trouxe uma preocupação. ----

---Portanto, eu vou fazer, vou verificar o último mandato as verbas que recebeu por parte da Câmara Municipal, vou-as comparar com as vendas do terreno e vamos ver se aquilo que aqui disse tem alguma razão de ser.----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO

MUNICÍPIO A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 33/1999, SITA NA RUA FRANCISCO TROVISQUEIRA, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 9, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2470, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE GAVIÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES.----------

---

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 133,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 39/1994, SITA NO LUGAR DO MONTE, RUA DO MONTE, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE 15 E INSCRITA PROVISORIAMENTE NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1461, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. ----------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 133,00 M2, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º

39/1994, SITA NO LUGAR DO MONTE, RUA DO MONTE, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE 15 E INSCRITA PROVISORIAMENTE NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1461, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA. ----------

---

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO AFETAS AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, AS PARCELAS DE TERRENO, AMBAS COM AS ÁREAS DE 321,00 METROS QUADRADOS, CEDIDAS AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 50/1996, SITAS NO LOTEAMENTO DA CARVALHOSA, RUA DA LEICA, DA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADAS COMO LOTES N.ºS 35 E 36, INSCRITAS NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB OS ARTIGOS P2590 E P2591, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE LOUSADO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. -------

---

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO AFETAS AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, AS PARCELAS DE TERRENO, AMBAS COM AS ÁREAS DE 321,00 METROS QUADRADOS, CEDIDAS AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE

LOTEAMENTO N.º 50/1996, SITAS NO LOTEAMENTO DA CARVALHOSA, RUA DA LEICA, DA FREGUESIA DE LOUSADO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADAS COMO LOTES N.ºS 35 E 36, INSCRITAS NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB OS ARTIGOS P2590 E P2591, RESPETIVAMENTE, DA FREGUESIA DE LOUSADO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA.FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA. ----------

---

---**DÉCIMO PONTO** - DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DA AUDITORIA DA IGF SOBRE O "CONTROLO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS EFETUADAS PARA AS FREGUESIAS". TUDO NOS TERMOS DA REFERIDA PROPOSTA. ----------

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Prescindiu de qualquer esclarecimento. ----------

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - No ponto número um, da presente ordem de trabalhos, eu fiz questões concretas sobre esta matéria ao Senhor Presidente de Câmara. Perguntas às quais não obtive resposta. E perguntas às quais o grupo municipal do PS e os famalicenses não prescindem dessas respostas. ----------

---Senhor Presidente, com todo o respeito e com todo o formalismo, queira V. Exa. fazer o obséquio de nos responder a estas perguntas, que tem tempo para o fazer. Eu vou citá-las de novo para que o Senhor Presidente as possa, efetivamente, responder: ----------

---Está o seu executivo a cumprir a Lei, que pelos vistos não tem cumprido e está a fazer uma correta aplicação dos dinheiros famalicenses? Ou voltaremos todos a ser surpreendidos no futuro com uma nova auditoria da tutela? Sendo o resultado desta auditoria já do conhecimento de Vs. Exas., quais as irregularidades ou insuficiências que

se encontram já supridas e quais as que se encontram ainda por suprir? Quem assume a culpa destas ilegalidades cometidas? Temos visto as Assembleias de Freguesia e alguns Presidentes de Junta nas aprovações das Contas de Gerência a imputar todas as responsabilidades à Câmara e a Câmara a sacudir a água do capote. De facto, alguém errou e a culpa não pode morrer solteira.----------

---Senhor Presidente, sou jurista de formação. Relativamente ao conceito de legalidade ou ilegalidade, pelos vistos o Senhor Presidente não tem o mesmo conceito que o meu, independentemente de estarmos aqui a esgrimir posições, para dissipar todas as dúvidas, vou-lhe citar algumas das considerações que são feitas e imputadas ao município no tal relatório de auditória: página 5 de 32 - "(…) violação do regime legal aplicado à celebração dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos; insuficiências graves na monotorização dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos; não terminação dos fins públicos em que as verbas livres deviam ser aplicadas - incumprimento do POCAL; falta de fiabilidade na informação dos documentos e de Prestação de Contas". Entre muitos outros.----------

---Senhor Presidente, independentemente daquilo que seja o seu conceito de legalidade e de ilegalidade, aguardamos as suas respostas.----------

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor:-------

---"Esta auditoria vem revelar o que há muito sabemos, ausência de planeamento, estratégia, fiscalização por parte desta câmara, seja na transferência de meios, seja, dizemos nós, na forma como vê a delegação de competências e as funções do poder local.

---No que diz respeito à transferência de competências, é bem conhecida a posição da CDU, travando nas autarquias, no parlamento, na Associação Nacional de Municípios e perante a opinião pública, uma intensa batalha de esclarecimento, denúncia e resistência, contra o avanço desta ofensiva contra o Poder Local e contra as funções sociais do Estado.

---Sob o mote da palavra "descentralização", aquilo que se verifica é uma constante desresponsabilização das funções sociais do Estado e do Poder Local.----------

---Descentralizar é muito mais do que delegar tarefas ou desconcentrar serviços e é muito mais que as transferências avulsas que esta auditoria revela.----------

---Descentralizar implica não só transferir competências, mas também transferir os meios, o poder de decidir, o património associado e o poder de fiscalização, implica principalmente planear, gerir e garantir que o dinheiro publico, é disso que se trata, é aplicado da melhor forma ao serviço das populações.----------

---Não é isto que consta das leis impostas pelo PS e PSD em matéria de transferência de competências e de finanças locais.----------

---Obviamente que a CDU defende o princípio da descentralização tal como está consagrado na Constituição. Porém, o que verdadeiramente deve ser debatido são as condições e os meios para o exercício das competências, para que de facto haja uma melhoria do serviço público, com mais qualidade e eficiência, e não seja somente uma transferência para as autarquias e/ou freguesias e de problemas de que há muito se desresponsabilizaram. ----------

---Tal e qual como o Governo, o Poder Local não pode desresponsabilizar-se com esta falta de fiscalização, que resultará no acentuar das desigualdades e das dificuldades para um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso do território.----------

---E estas situações não se resolvem com transferências avulsas, sem planeamento estratégico, sem controlo e gestão, sem fiscalização, Este comportamento começa a ser uma caraterística desta Câmara, a ausência da Câmara! seja no planeamento seja no controlo do que se faz.----------

---Esta auditoria confirma no essencial as justas posições tomadas pela CDU, que em discussão nos orçamentos e nos GOP's, nos sucessivos anos, incivilmente nas contas de gerência, não só relativos aos anos 2013 a 2018, mas também, nos anos seguintes.-------

---Em que, votando a CDU desfavoravelmente sempre sublinhou as políticas eleitoralistas assumidas pelo executivo. Isto é, favorecendo freguesias e podemos dizer discriminadamente, tendo em vista a captação do voto.----------

---Se politicamente tivemos esta posição, também não deixamos de reportar-nos aos aspetos contabilísticos e de compatibilização das próprias verbas transferidas.----------

---Outro aspeto não menos relevante, foi sublinharmos sempre a nossa estranheza e até desconfiança relativamente ao processo de inventariação dos imóveis do município, como reconhecia o próprio ROC aquando da certificação legal de contas, o mesmo, no seu dizer não assegura o registo na plenitude do património municipal, incluindo os imóveis do domínio privado, e bem assim de bens do domínio publico registados, mas sem valor. ---

---Pensamos que este relatório retrata bem aquilo que afirmávamos, de que a gestão do município se pautava por uma grande falta de rigor. ----------

---Esta auditoria vem dar-nos plena razão, no que fomos denunciando e servir-nos-á para acompanhar, ainda com mais rigor a atual e futura atuação do município na gestão dos seus bens públicos.----------

---Esta nossa posição não se trata de uma posição final, porque o mesmo documento vai continuar a merecer-nos uma análise mais exaustiva e profunda, pelo que, em futuro próximo não deixaremos de voltar ao assunto. ----------

---Esperamos agora que se tenha em conta este parecer da Autoridade de Auditoria e que as visitas às freguesias, através da publicitada presidência de proximidade, sirvam para efetivamente repor algum nível de proximidade do poder local às populações e uma eficaz aplicação dos enormes meios ao dispor desta câmara.”----------

---RUI SANTOS (PSD) - Durante o ano 2019, a Inspeção Geral de Finanças realizou uma auditoria com objetivo de “emitir um juízo sobre o cumprimento, pelo Município de Vila Nova de Famalicão, do quadro legal relativo às transferências para as freguesias do concelho e se os montantes envolvidos foram afetos aos fins previstos”.----------

---A Câmara Municipal, sob a égide do antecessor do atual Presidente Dr. Mário Passos, o Dr. Paulo Cunha, acompanhou e contribuiu para aquele que foi o resultado final desta auditoria, e que hoje tem esta Assembleia a oportunidade de apreciar.----------

---E no que a nossa análise de apreciação do presente documento a que nos diz respeito, somos a destacar, desde logo em primeiro lugar, que este relatório espelha uma realidade a qual ninguém se pode dissociar, e que é a verdadeira descentralização que existe no concelho de Vila Nova de Famalicão.----------

---Com efeito, quando o Senhor Presidente Arquiteto Armindo Costa decidiu fixar o valor destinado às freguesias, a chamada "Verba Livre", em montante igual aquele que o Estado Central transfere para cada uma das freguesias, dotou cada Presidente de Junta de alguns dos meios essenciais para estes levarem por diante a sua nobre tarefa de gerirem localmente a "coisa pública, e deu-se assim um passo importante na valorização e responsabilização do verdadeiro Poder Local. No entanto, todos bem sabemos que essa verba nunca chega para tamanhas solicitações com as quais são os Presidentes de Junta confrontados diariamente.----------

---E, portanto, a gestão autárquica da coligação Mais Ação Mais Famalicão nunca descurou as necessidades das populações, tendo desde muito cedo percebido que é na génese do Poder Local, ao nível das Freguesias, que se tem de começar o trabalho de serviço ás populações. ----------

---Como é do conhecimento - e quase que diríamos, do censo comum - de todos, a proximidade que um Presidente de Junta tem com a sua localidade e com as suas populações levam a que, na sua grande maioria, tenham um conhecimento privilegiado não só das necessidades, mas também das soluções necessárias para fazerem face às necessidades das suas freguesias. ----------

---Ora descentralizar, verdadeiramente, descentralizar, é confiar nesses Presidentes de Junta e proporcionar-lhes os meios para fazerem face a essas necessidades, e apresentarem aquelas que serão certamente as melhores soluções.----------

---Porque, em regra, em todo um processo negocial - quando falamos em contratar empresas para prestarem serviços, para realizarem empreitadas - o que é gerido

localmente, é gerido ao mais alto nível do poder de decisão, por quem detém esse poder de decisão de ambos os lados: a autarquia local e as empresas.----------

---E as competências e capacidades dos nossos Presidentes de Junta têm demonstrado, ao fim e ao cabo de mais de 20 anos, que são eles os maiores solucionadores da grande maioria das questões que envolvem o seu território. ----------

---Neste campo, e ao longo dos últimos anos, a Câmara de Vila Nova de Famalicão sempre liderou pelo exemplo, tendo celebrado vários Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos com todas - repito, com todas - as freguesias do nosso Concelho, num processo de envolvência entre quem detém os meios (a Câmara Municipal) e os que detêm as soluções de proximidade, os Presidentes de Junta. ----------

---E estas soluções têm sido as mais eficientes e as mais eficazes, o que resulta sempre numa melhoria de vida dos nossos concidadãos.----------

---Estamos a falar, meus Senhores, de vários milhões de euros que o Executivo sempre teve a capacidade de trabalhar com os Presidentes de Junta, articulando igualmente com os serviços municipais, e produzindo resultados de verdadeiro sucesso de proximidade. -

---Estamos, Senhores e Senhoras Deputados, perante um relatório que espelha bem a descentralização que há 20 anos vem sendo levado a cabo em Vila Nova de Famalicão, sendo que, e nas palavras da própria Inspeção Geral das Finanças, no relatório que agora apreciámos, *"o município definiu e aplicou, para efeitos de distribuição dos recursos financeiros pelas freguesias, por tipo de contrato, critérios objetivos e distintos consoante a natureza da competência em causa, cumprindo, desse modo, designadamente, os princípios da igualdade, da não discriminação e da persecução do interesse público na generalidade desses contratos"*.----------

---E aqui, minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores Deputados, chegamos ao 2º ponto importante destaque neste relatório: não é a Câmara quem o diz, não é a Coligação, é a própria Inspeção Geral de Finanças quem enaltece, em vários momentos do seu relatório,

a não descriminação como um princípio estruturante que pauta as decisões e as escolhas desta autarquia, no que é a realização de obras, ou prestação de serviços diz respeito. ---

---Porque para além de descentralizar, é sempre essencial que se o faça com equidade, sem olhar a cores, partidos ou atores políticos, mas respeitando as populações de forma igual. ----------

---É verdade que nós já sabíamos desta realidade, mas isto dito pela Inspeção Geral das Finanças, deixa-nos satisfeitos com o caminho escolhido.----------

---E por reconhecermos esse crédito e mérito, pela Inspeção Geral das Finanças nas suas análises positivas, reconhecemos igualmente a valia das conclusões do seu relatório no que a algumas desconformidades procedimentais diz respeito. ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -** Vou pedir-lhe que abrevie. É que ainda vejo aí umas folhas.----------

---**RUI SANTOS (PSD) -** Não, não, as folhas estão ao contrário.----------

---Vou terminar, Senhor Presidente, se me permite, apenas para dar uma nota final em relação às conclusões do Relatório no que diz respeito às desconformidades que já foram aqui aludidas e traduzindo algumas fragilidades naquilo que foram os procedimentos:---

---elencou alguns itens que têm de ser corrigidos; o Senhor Presidente falou aqui na última Assembleia de que já foram postas em prática algumas soluções para melhorar os procedimentos.----------

---E termino com uma questão, é de facto, em parte do Relatório, que aponta no sentido de já se terem operado mudanças, tendo-se conseguido assim as resoluções de algumas desconformidades, o que nos deixa satisfeitos no que diz respeito à apreciação do Relatório, na certeza, porém, de que aguardamos e esperamos que o executivo cumpra com, se não todas, a grande maioria das sugestões do Relatório. ----------

---**LUÍS MIRANDA (PS) –** Eu de facto aguardei esperançosamente as suas respostas, mas não as obtive e, por isso, é que aqui estou.----------

---E na ausência das suas respostas, irei ler as respostas em exercício de contraditório do

seu homólogo, Dr. Paulo Cunha, que na altura se pronunciou sobre isto: "(…) o Município reconhece efetivamente que não promoveu a elaboração formal do estudo que suporte e justifique a celebração dos Acordos de Execução e os Contratos Interadministrativos, nos termos do atual quadro legislativo.", entre outros, "(…) o Município reconhece igualmente que não executou o controlo e monitorização dos Acordos de Execução dos Contratos Interadministrativos, através da elaboração de relatórios físicos intermédios", quanto a esta questão "(…) efetivamente, não têm sido designados formalmente gestores de procedimentos", ficará para a posteridade a resposta do Dr. Senhor Presidente Mário Passos, na pessoa do Senhor Dr. ex-Presidente de Câmara Dr. Paulo Cunha.----------

---Senhor Deputado Rui Santos, ouvi atentamente a sua intervenção, sabe que eu tenho um enorme gosto e amizade pelo Senhor, mas o Senhor Deputado, com toda a gentileza e frontalidade, não leu o mesmo documento que eu, Senhor Deputado. Não leu. Descentralizar, Senhor Deputado, descentralizar! Eu faço-lhe esta questão: E cumprir a lei, Senhor Deputado? E cumprir a lei?----------

---Vou-lhe dar alguns exemplos do que aborda este Relatório de Auditoria e que de forma bastante enigmática a sua Bancada Municipal não se pronunciou. Um exemplo concreto, como estamos a falar das transferências financeiras do Município para as Freguesias e temos um caso concreto em que terminadas verbas são transferidas para as freguesias em que são dotadas como verbas livres que decorre de uma total falta de compatibilidade, por exemplo: a despesa é classificada pelo Município como sendo de capital, e nas freguesias a respetiva receita como corrente. ----------

---Mais pontos que sustentam a sua legada descentralização. Esta situação, reportando-se no próprio Relatório, poderá ser consultado pelo Senhor Deputado: "(…) esta situação demonstra que alguns dos montantes contratados estão desadequados (sobreavaliados), encontrando-se o Município a incorrer em despesa pública excessiva e desnecessária face ao objeto contratual executado".----------

---De facto, Senhor Deputado Rui Santos, com todo o respeito, o seu conceito de descentralização não é o mesmo que o meu, e não é o mesmo que aquele que diz este Relatório e aquele que diz a lei.----------

---Resta-nos, na ausência de respostas do Município e do reconhecimento dos erros cometidos no passado, dar valor aquilo que é o velho adágio popular: "pior do que cometer um erro é não reconhecer que se admitiu esse erro."----------

---E termino, Senhor Presidente, com algo muito concreto, de facto nem as propostas de melhoria foram sequer balizadas e focadas por este Grupo Municipal da maioria e pelo próprio executivo da Câmara.----------

---JOÃO NASCIMENTO (CDS) - Relativamente a este ponto, queria apenas tecer aqui uma ou outra consideração. E percebeu-se, conforme confirmou aqui o Senhor Deputado Luís Miranda, que tal era a sede e a vontade de ir ao pote do Partido Socialista, começou logo no primeiro ponto da ordem de trabalhos a falar sobre este Relatório, quando me acusou a mim de ter fugido ao assunto num ponto de ordem de trabalhos.----------

--- Portanto, é esclarecedor. É esclarecedor, Senhor Deputado.----------

---Confrontados com este Relatório da IGF, que aponta aqui um número de eventuais incumprimentos da Câmara Municipal na transferência de verbas para as freguesias, e algumas recomendações para a sua coleção, eu queria dizer o seguinte: de facto eu também acho importante que o Senhor Presidente da Câmara preste aqui um ou outro esclarecimento. E, portanto, eu tenho aqui duas perguntas para fazer ao Senhor Presidente da Câmara, porque pelo menos no CDS nós nunca fomos habituados e enterrar a cabeça na areia. Nunca fomos, senhor Deputado! E vou-lhe dizer, em contraste com a tristeza que nós temos por não estar na Assembleia da República invade-nos hoje o orgulho de não termos líderes presos. Portanto, aí nós somos diferentes, Senhor Deputado! Eu estou calmo, eu estou calmo. Aí efetivamente somos diferentes! ----------

---Agora, queria só perguntar o seguinte, queria perguntar o seguinte ao Senhor Presidente da Câmara relativamente a este Relatório: Senhor Presidente, eu gostava de saber, e esta

Assembleia certamente também gostava de saber, qual foi a posição da Câmara Municipal perante o Relatório? Se seguiu as recomendações? E como é que funciona hoje, acima de tudo? A Câmara continua apontar eventuais incumprimentos neste sentido? Eram estas as perguntas. ----------

---No que toca à análise do Partido Socialista, nomeadamente do colega Deputado Luís Miranda, queria dizer o seguinte: o Partido Socialista é perito em atirar pedras, esquecendo-se que tem telhados de vidro. Pois é. Pois é. Vocês até já sabem aonde é que eu vou chegar. Senhor Deputado… Pois é! Pois é. Eu sei ----------

---Olhe, Senhor Deputado, disse no ponto um da ordem de Trabalhos, disse o Senhor Deputado Luís Miranda o seguinte: "(…) a política faz-se com verdade, transparência e cumprimento da lei". É verdade, Senhor Deputado. Tem toda a razão! "(…) a culpa não pode morrer solteira". É verdade. Também é verdade! "(…) uma auditoria isenta e idónea e desamarrada das mordaças deste poder".----------

---Olhe, Senhor Deputado, curiosamente a par destes Relatórios da IGF há mais, basta consultar. E há um relatório 2020/138 sobre o controle das transferências dos municípios para as freguesias no município de Fafe. ----------

---O Senhor Deputado disse o seguinte. Eu sei que não querem ouvir, Senhor Deputado, só um bocadinho. Disse, disse. Eu vou falar, vou falar, depois tenho todo o gosto. Senhor Deputado, Senhor Deputado, não me vão destabilizar, Senhor Deputado. Ouçam! Ouçam! Os Municípios, os Municípios… posso?! Vou falar! Ó Senhor Deputado, mas eu tenho aqui de Famalicão para falar.----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Senhor Deputado João Nascimento, por favor! ----------

---Senhores Deputados, nós estamos numa Assembleia Municipal, por amor de Deus! Estamos numa Assembleia Municipal ou nós nos ouvimos atentamente uns aos outros e contestamos na medida em que nos faz sentido, ou se estamos nos apartes e o Senhor

Deputado ali a responder e nem sequer fica ali registado em ata, além de não ficar neste órgão, depois não tem nenhuma utilidade para memória futura. ----------

---Portanto, uma coisa é um aparte, outra coisa é o que se está a ver hoje e que normalmente não tem acontecido. E, é por isso, que eu gostava que pudesse ser exceção, francamente. Ajudem a Mesa na condução dos trabalhos! É só isso que vos peço. -------

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS) -** Os Municípios limítrofes não são desculpa, disse o Senhor Deputado. Já sabemos. Em Fafe, curiosamente, o Partido Socialista. Não é limítrofe, mas há outro. Leiria, conclusões semelhantes à da Câmara de Famalicão.------

---Mas vou falar de Famalicão, vou falar de Famalicão, Senhor Deputado. Relatório de Auditoria ao Município de Vila Nova de Famalicão, Gerência de 1999. Responsáveis: número um - Agostinho Peixoto Fernandes, o Presidente Eucalipto; Jorge Joaquim Domingues da Costa. Perceção de emolumentos notariais em excesso; pagamentos ilegais a título de participação emolumentar autorizados pelo Presidente da Câmara; atribuição de subsídios não enquadrados; bolsas de estudo sem lei permissiva e correspondente de pagamento; pagamentos ilegais relativos a contratos de avenças; avenças, Senhor Deputado; não realização de balanços à tesouraria. ----------

---Senhor Presidente, termino perguntando… responsáveis, Agostinho Fernandes, eu espero, Senhor Deputado. ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -** Senhor Deputado, por favor. Ó Senhor Deputado, o Senhor Deputado quer tanto cordato ali que depois é o que se vê. Senhor Deputado Jorge Costa, por favor! É que não serve de nada. ----------

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS) -** Eu sei que não querem falar do passado, Senhor Deputado. Responsáveis: Agostinho Fernandes, um nome, Jorge Joaquim Domingues Costa, outro.----------

---Eu queria saber se o Senhor Deputado Luís Miranda continua a dizer se: e cumprir a lei, Senhor Deputado? Conforme perguntou ali ao colega? Queria saber se realmente a opinião do Senhor Deputado é a mesma, neste caso?----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Serei breve, Senhor Presidente.------
---Para dizer uma parte daquilo que eu já proferi na última Assembleia Municipal quando o Deputado do Partido Socialista, Paulo Pinto, aqui trouxe este assunto de forma exaustiva. E, portanto, uma das partes que eu vou proferir é repetir-me. É repetir-me.----
---Este Relatório não tem em todo o seu articulado a palavra ilegal. E vocês trouxeram-na aqui. Não trouxeram… ----------
---Senhor Presidente da Assembleia não sei se posso falar?----------
---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Deve, Senhor Presidente. Deve!
---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Portanto, o que aqui estamos a falar é de algumas desconformidades formais. Na prática é isso que estamos a falar. E também se percebeu aqui, que também não há grande interação entre os Senhores Vereadores da oposição e o Grupo Municipal do Partido Socialista, porque eles estavam lá quando nós, em sede de reunião de Câmara, durante o mês de março, nós já levamos propostas para corrigir algumas desconformidades, como aqui já foram referidas, nomeadamente no que diz respeito à elaboração dos estudos, por exemplo, - foi na reunião de Câmara de 24 de março de 2022 - é tão recente e já está esquecido; como foi, por exemplo, a ficha de avaliação que também aqui fazia referência, que também já está ultrapassado; como já foi nomeado também o Gestor de Procedimento. ----------
---O que nós estamos a falar são de meras desconformidades formais que é preciso corrigir, como é óbvio. Como é óbvio, nós fomos grandes cumpridores da lei, como é bem notado, como é bem notado pelos vários Relatórios que temos tido oportunidade de verificar de diversas instâncias ao longo dos anos, ao contrário daquilo que eu não sabia e que aqui também foi referido há pouco tempo, que foi um dos vossos últimos Relatórios.
---Portanto, nós somos grandes cumpridores, é bem-sabido, há sempre desconformidades, sabemos que a burocracia em Portugal é sempre cada vez maior, como sabemos. Estas desconformidades são pouco necessárias porque é preciso perceber todo o processo do princípio ao fim. O que aqui fala no Relatório intermédio, é um Relatório que, porventura,

não tem grande enquadramento porque já tem a proposta à reunião de Câmara, porventura, à Assembleia Municipal, se se tratar de um acordo de execução ou de um Contrato Interadministrativo que é aquilo que surge mais vezes, ou Contratos de Cooperação que também, como sabemos, fazemos muitos. Depois tem informações técnicas, há acompanhamento da obra, não é pago nada sem um Relatório Técnico, etc. O que aqui venho a acrescentar é que no meio da obra, mesmo que ela demore um dia a fazer, é preciso um Relatório Intermédio. Portanto, é disso que nós estamos a falar, é deste tipo de desconformidades que aqui o Relatório traz. Mas, mesmo assim, mesmo assim, nós vamos corrigir. Nós queremos ser perfeitos e é nessa linha de tendência que vamos prosseguir, como aliás bem sucedeu com os meus antecessores, nomeadamente o Arquiteto Armindo Costa e o Dr. Paulo Cunha. ----------

---E, portanto, para além disso, que vocês não fizeram notar, mas eu percebo, e os famalicenses percebem também, não são ingénuos, é que se esqueceram que tem pontos fortes que este Relatório quer evidenciar e bem, como aqui penso que também já foi referido, e eu o referi na Assembleia anterior, nomeadamente no que diz respeito aquilo que de vez em quando também vocês nos acusam e agora esta Inspeção veio trazer de forma notória e a evidenciar muito bem, que tem a ver com o cumprimento dos princípios da igualdade, da não discriminação e da prossecução do interesse público nos contratos com as freguesias, é evidente. ----------

---Mas queria destacar aqui outro, porque se deram ao trabalho enorme, porque eu sei, eu sei bem, eu fui Vereador das Freguesias, sou Presidente de Câmara, sei muito bem, talvez o famalicense que mais sabe bem o quanto as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta colocam da sua disponibilidade, do seu esforço, para que o ponto que é feito referência, bem evidenciado no que diz respeito à informação contabilística que era compatível e consistente com a das Freguesias, pois não foi identificado qualquer passivo elegível de curto prazo ou despesa omitida.----------

---Só quero deixar aqui um enorme bem-haja aos Senhores e às Senhoras Presidentes de Junta. Obrigado por esse esforço. ----------

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.----------

---

---Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:----------

----------DEPOIS DA ORDEM DO DIA ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Informa que deu entrada na Mesa uma intervenção do público, dando a palavra para intervir.----------

---VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave) - É com agrado que vejo que tenho na minha Presidente de Junta uma pessoa que sabe o que é política de proximidade, ao contrário de alguns políticos que se dizem verdadeiros políticos que se riram do Senhor Deputado de estar presente e desta política de proximidade. Por isso, vocês devem pensar bem se realmente sabem o que é política de proximidade. ----------

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Minha Senhora, peço-lhe desculpa, mas é que nos termos do Regimento pode colocar questões ao Senhor Presidente de Câmara, não pode intervir. ----------

---VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave) - A minha questão e é muito simples. Riba de Ave, estamos lá longe, parece que estamos mais no concelho de Guimarães, mas fazemos parte de Famalicão. E ainda bem, porque eu gosto de ser famalicense.----------

---A minha pergunta é a seguinte: acham bem enganar os ribadavenses dizendo que vamos ter um anfiteatro ao dispor da população, que vai enaltecer a população e que a mesma, além de demorar o tempo que demorou, não é? Para aí há vinte anos que falamos nisto, e estamos a fazer, peço que me digam o contrário, filhos nas mulheres dos outros, porque aquilo é particular. Mas, fora isto, fazendo esta aparte, a minha pergunta… ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - A Senhora não está aqui para fazer… Minha Senhora, desculpe, desculpe, a Senhora não está aqui para fazer intervenções, coloque a pergunta… ----------

---**VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave)** - A minha pergunta é a seguinte…----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Minha Senhora, eu estou a usar da palavra, desculpe. Minha Senhora, é que eu não lhe quero tirar a palavra. ----------

---**VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave)** - Não, não, nem ma pode nem ma tira. Pronto está bem.----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Posso, se eu quiser, posso. Mas o que eu lhe peço é que coloque perguntas ao Senhor Presidente de Câmara e ele vai-lhe responder. Não está aqui para fazer… para isso terá que ser eleita numas próximas eleições e depois intervém como os outros, pode acontecer. ----------

---**VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave)** - Esta é a parte democrática… ----------

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Não, esta é a parte legal da Assembleia Municipal. Desculpe, minha Senhora, o Regimento, isto que está aqui é uma lei, rege… ----------

---**VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave)** - Posso falar?---

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Não, não pode. Pode falar quando eu lhe der a palavra. ----------

---O Regimento define os termos em que nós podemos usar a palavra. Eu lamento imenso. Eu limito-me a dizer à Senhora que tem de usar da palavra nos termos do Regimento. Eu estou a informá-la, não tem que saber, se calhar. Tem que colocar questões, não tem que fazer intervenções, não tem que interpelar Deputados, não tem que fazer críticas. --------

---**VÂNIA REGINA ANTUNES LOPES (Freguesia de Riba d'Ave)** - Pronto, então a minha pergunta é direta: para quando o anfiteatro acabado, nomeadamente o

estacionamento? Para quando vamos concluir a obra do cemitério, daquele muro, que me parece que estamos à espera que haja uma desgraça para termos as obras no nosso cemitério? Não é a ampliação do cemitério, Senhor Presidente, é as obras no cemitério. Parece-me que uma indemnização às famílias quando houver uma derrocada, vai ser maior do que o orçamento apresentado pela Presidente de Junta de Riba d'Ave. Por isso, era essa a minha pergunta. Para quando a finalização do anfiteatro? E, para quando, as obras no cemitério que está prestes a derrocar? O velho cemitério, não estou a falar do novo cemitério.----------

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Vou responder com gosto para que a Vânia, a nossa concidadã de Riba d'Ave, possa estar suficientemente esclarecida acerca das matérias que aqui colocou.----------

---No que respeita ao anfiteatro que se trata, para quem não está a associar ao Teatro Narciso Ferreira, que não está só há vinte anos à espera de obras, está há muitas mais décadas, para além destas duas décadas, à espera de obras e que foi o Dr. Paulo Cunha que conseguiu resolver e concluir uma obra de que Riba d'Ave e os ribadavenses e os famalicenses estavam à espera há quatro ou cinco décadas, e foi o Dr. Paulo Cunha com o seu executivo que resolveu este problema. E os ribadavenses e os famalicenses sabem bem disso. Portanto, ele, neste momento, como foi dito, aliás não é de agora, desde já há algum tempo, que ele já está com programação. O que me admira, porventura, ainda não se ter apercebido disso.----------

---Por outro lado, quanto ao cemitério, como é sabido, os cemitérios e a competência sobre os cemitérios são das respetivas Juntas de Freguesia. Sempre foi. Não é de agora. Sempre foi! E, portanto, compete a cada Junta de Freguesia resolver os problemas que porventura o cemitério apresenta. Isso não quer significar como não tem significado, que a Câmara Municipal não apoie intervenções que sejam necessárias, por forma a ajudar a Junta de Freguesia a promover a obra necessária para resolver o défice que porventura apresenta. Que é o caso de Riba d'Ave. ----------

---Portanto, a Junta de Freguesia de Riba d'Ave tem, há semelhança de todas as outras Juntas de Freguesia, de agora e do passado, mais longínquo ou mais recente, sempre que tiver que alocar financiamento para resolver o problema e a Câmara Municipal, obviamente, como disse há pouco, se associa também com a verba e de forma proporcional à obra que é necessária. ----------

---Agora, não pode é a Junta de Freguesia estar à espera, como nenhuma esteve até agora, de que a Câmara Municipal faça uma empreitada, que nem sequer o pode sob ponto de vista formal, aquilo obviamente é competência da Junta de Freguesia, não pode como nunca pôde, porque nunca pôde, portanto, para resolver este problema. ----------

---O que tem sucedido ao longo, pelo menos, dos últimos vinte anos, é que a Câmara Municipal e eu estou disponível, e a Senhora Presidente de Junta de Riba d'Ave sabe disso, sabe disso. Com certeza não falou com ela, senão ela tinha-lhe explicado as conversas que tivemos à cerca desta matéria, que a Câmara municipal está disponível apoiar de forma muito significativa porque reconhecemos a dimensão da obra. ----------

---Agora, a Junta de Freguesia também tem que alocar recursos para complementar aquilo que faz falta. ----------

---Portanto, é muito transparente, cumpre aquilo que se tem feito e que é sabido de todos.

---Mas espero que com esta explicação tenha também percecionado bem a forma ou o *modus operandi* no que respeita aos cemitérios, em Famalicão. ----------

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às onze horas e trinta minutos.----------

--------**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**--------

_____

---------- **O SECRETÁRIO** ----------

_____

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:----------

--- Registo de Presenças; ----------

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, cinco, seis, sete, oito, nove e dez;--

--- Minutas de atas referentes aos pontos, um, dois, três, cinco, seis, sete, oito e nove.----

---